



Revista Brasileira de Enfermagem

ISSN: 0034-7167

reben@abennacional.org.br

Associação Brasileira de Enfermagem
Brasil

Calil, Ana Maria; Prado, Cláudia
Ensino de oncologia na formação do enfermeiro
Revista Brasileira de Enfermagem, vol. 63, núm. 4, julio-agosto, 2010, pp. 671-674
Associação Brasileira de Enfermagem
Brasília, Brasil

Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=267019592026>

- Como citar este artigo
- Número completo
- Mais artigos
- Home da revista no Redalyc

redalyc.org

Sistema de Informação Científica
Rede de Revistas Científicas da América Latina, Caribe, Espanha e Portugal
Projeto acadêmico sem fins lucrativos desenvolvido no âmbito da iniciativa Acesso Aberto

Ensino de oncologia na formação do enfermeiro

Teaching of oncology in nurse's education

Enseñanza de oncología en la formación del enfermero

Ana Maria Calil¹, Cláudia Prado¹

¹Centro Universitário São Camilo. Curso de Pós-graduação. São Paulo, SP

¹Universidade de São Paulo. Escola de Enfermagem. São Paulo

Submissão: 26/02/2009

Aprovação: 29/05/2010

RESUMO

Trata-se de um artigo reflexivo acerca da necessidade de introdução da disciplina de oncologia nas Escolas de Graduação em Enfermagem em nosso meio. Tem como objetivos pensar a disciplina de oncologia no currículo de graduação em enfermagem, pontuando aspectos relevantes de sua inserção, considerando a capacitação e qualificação profissional, a necessidade do mercado de trabalho, o perfil epidemiológico brasileiro e uma formação reflexiva e crítica acerca das competências profissionais do enfermeiro. Pontua-se também o papel do desenvolvimento tecnológico contribuindo nessa formação e educação de novos profissionais de saúde.

Descritores: Educação em Enfermagem; Programas de Graduação em Enfermagem; Oncologia; Competência Profissional.

ABSTRACT

The aim of the present study was to think the Oncology Course in the baccalaureate nursing curriculum pointing relevant issues about its introduction, considering professional training and qualification, labor market demand and a critical reflection about nurse's professional competences. Score is also the role of technology in helping training and education of new health professionals.

Key words: Education, Nursing; Education, Nursing, Diploma Programs; Oncology; Professional Competence.

RESUMEN

Tratamos de un artículo reflexivo sobre la necesidad de introducción de la disciplina de oncología en las Escuelas de Graduación en Enfermería de nuestro medio. Tiene como objetivos pensar en la disciplina en el currículo de graduación en enfermería, puntuando aspectos importantes de su inserción. Para tanto, considera la capacitación y calificación profesional, la necesidad del mercado de trabajo, el perfil epidemiológico brasileño y una formación reflexiva y crítica sobre las competencias profesionales del enfermero. También es puntuado el papel del desarrollo tecnológico contribuyendo en esa formación y educación de nuevos profesionales de la salud.

Descriptores: Educación en Enfermería; Programas de Graduación en Enfermería; Oncología; Competencia Profesional.

CONTEXTUALIZANDO A QUESTÃO

O processo de produção de serviços de saúde é caracterizado por atividades eminentemente intensivas em mão de obra e as transformações que vêm ocorrendo nas últimas décadas, incluindo aquelas relacionadas aos avanços científicos e tecnológicos e, também, às expectativas das empresas que têm enfrentado mercados globalizados extremamente competitivos, vem provocando mudanças profundas no trabalho em saúde⁽¹⁾. Estas mudanças estão exigindo dos trabalhadores qualificações cada vez maiores e o desenvolvimento/aperfeiçoamento de competências para novas demandas do exercício profissional, direcionadas às suas realidades.

A prática e a educação na área da saúde, como realidades sociais, estão relacionadas com os processos de desenvolvimento econômico, científico, tecnológico, político e social⁽²⁾. Desta forma, uma reflexão sobre as qualidades essenciais aos trabalhadores para a inserção no mundo do trabalho (competitivo e exigente) é necessária e urgente; implicando na reconceitualização da abordagem educacional e na avaliação de “ajustes” dos órgãos formadores, sob pena de que os egressos da escola não se encaixem ou enfrentem dificuldades desnecessárias às novas demandas geradas pela estreita dependência com o mundo do trabalho.

PERFIL EPIDEMIOLÓGICO BRASILEIRO E FORMAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DE ENFERMAGEM

O perfil epidemiológico brasileiro aponta as neoplasias como a segunda causa de mortalidade, passando nos últimos vinte e cinco anos do quinto para o segundo lugar⁽³⁾. Projeções da Organização Mundial da Saúde estimam que em 2030, o número de mortes por câncer chegue a 23,4 milhões, contra 7,4 milhões no ano de 2004, sendo o tabagismo o grande vilão, na maioria dos futuros casos⁽⁴⁾. Em relação ao Brasil, estima-se que no ano de 2010 apareçam 500.000 novos casos de câncer com destaque para a mama, próstata, melanomas, pulmão, colorretal e ovário⁽³⁻⁵⁾.

Desse modo, é fundamental que as Instituições de Ensino repensem as suas estratégias e prioridades para a formação de novos profissionais que prestarão assistência a uma população que cresce rapidamente e que cada vez mais irá procurar os serviços de saúde para o atendimento de suas necessidades. Para tal, é imprescindível uma reflexão acerca da formação inicial do enfermeiro.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) – Lei n. 9.394 de 20 de dezembro de 1996, nos aponta inovações e mudanças na educação nacional, propondo uma reestruturação dos cursos de graduação e a adoção de diretrizes curriculares específicas para cada curso⁽⁶⁾.

Essa lei fundamenta o processo de formação na educação superior por meio do desenvolvimento de competências e habilidades, do aperfeiçoamento cultural, técnico e científico do cidadão, da flexibilização dos currículos e implementação de projetos pedagógicos inovadores, bem como, assegura às instituições de ensino superior autonomia didático-científica⁽⁷⁾.

As Diretrizes Curriculares dos Cursos de Graduação em Saúde foram delineadas para atender às exigências da LDB e apresentam como um de seus objetivos o aprender a aprender, que é a síntese

do aprender a ser, aprender a fazer, aprender a viver juntos e aprender a conhecer⁽⁶⁾.

Os princípios das Diretrizes Curriculares referentes ao ensino de enfermagem pretendem, incentivar uma sólida formação geral necessária para que o futuro graduado possa vir a superar os desafios de renovadas condições de exercício profissional e de produção de conhecimento, permitindo variados tipos de formação e habilitações diferenciadas em um mesmo programa; estimular práticas de estudo independente, visando uma progressiva autonomia intelectual e profissional; encorajar o reconhecimento de habilidades e competências adquiridas fora do ambiente escolar; fortalecer a articulação da teoria com a prática⁽⁸⁾.

O perfil do formando egresso/profissional descrito nas diretrizes curriculares é: Enfermeiro, com formação generalista, humanista, crítica e reflexiva. Profissional qualificado para o exercício de Enfermagem, com base no rigor científico e intelectual e pautado em princípios éticos. Capaz de reconhecer e intervir sobre os problemas/situações de saúde-doença mais prevalentes no perfil epidemiológico nacional, com ênfase na sua região de atuação, identificando as dimensões bio-psico-sociais dos seus determinantes. Capacitado a atuar, com senso de responsabilidade social e compromisso com a cidadania, como promotor da saúde integral do ser humano⁽⁸⁾.

Diante dos princípios delineados pelas diretrizes curriculares, surgem algumas provocações: qual tem sido o compromisso das instituições de ensino superior em enfermagem em formar enfermeiros com o perfil proposto pelas diretrizes curriculares? O enfermeiro egresso está apto a ser absorvido no mercado de trabalho? Tem sido capaz de reconhecer e intervir sobre os problemas/situações de saúde-doença prevalentes no perfil epidemiológico em âmbito nacional?

Para que possamos ir ao encontro dessas respostas, devemos nos debruçar sobre uma análise dos paradigmas educacionais. Devido a sua complexidade, estes contemplam diferentes vertentes como a elaboração dos projetos políticos pedagógicos, dos currículos, da definição dos objetivos, conteúdos, métodos e estratégias de ensino, mecanismos de avaliação além da reflexão das relações interpessoais estabelecidas entre os sujeitos do processo ensino-aprendizagem, professores e alunos.

Nesse sentido, propõe-se uma reflexão sobre a inserção do ensino formal de Oncologia, enquanto Disciplina, nos currículos de Graduação em Enfermagem. Para tal, é preciso que esta proposta esteja contextualizada no Projeto Político Pedagógico (PPP) das universidades.

Este documento tem como função a sistematização, nunca definitiva, de um tipo de ação educativa, a partir de um posicionamento quanto à sua intencionalidade e de uma leitura da realidade⁽⁹⁾. Sendo assim, este aspecto merece especial consideração quando nos depararmos com o perfil de morbimortalidade da população brasileira.

A construção do PPP deve ser fundamentalmente coletiva, pois deste modo permite que seus constituintes participem do processo de análise, discussão e tomada de decisão quanto aos rumos que, consciente e criticamente, definem como necessários e possíveis à instituição universitária⁽¹⁰⁾.

Favorece ainda, a formação de conceitos, o delineamento de propostas, a retroalimentação do processo, a refutação ou a

reafirmação de paradigmas como condições essenciais para o alcance das metas desejadas⁽⁷⁾.

Sendo assim, o interesse em pensar sobre o ensino de Oncologia na formação do Enfermeiro surgiu quando se verificou que alguns cursos de Graduação em Enfermagem no Brasil não ofereciam esta disciplina; a grande procura de pacientes com afecções oncológicas no hospital, a necessidade de uma formação que garanta subsídios voltados para a prática e principalmente, o perfil de morbi-mortalidade da população brasileira, consolidaram esse interesse.

Sabe-se que as grades curriculares dos cursos de Graduação em Enfermagem passaram por diversas alterações de acordo com a época e a situação sócio-econômica e política do país. O processo evolutivo da profissionalização do Enfermeiro no Brasil tem sido dirigido e comandado pelos modelos de currículos mínimos obrigatórios, legalmente determinados, nem sempre consoantes à realidade do país.

As reformas curriculares vieram para atender as exigências do mercado de trabalho e o cumprimento das Diretrizes Curriculares Nacionais, que preconizam a formação do Enfermeiro generalista, adquirida por meio de conteúdos teóricos e práticos, favorecendo o desenvolvimento de competências e habilidades gerais e específicas, objetivando um profissional egresso qualificado, reflexivo e pronto para atuar sobre a realidade social⁽¹¹⁾.

Como as Diretrizes preconizam a formação de um Enfermeiro generalista, algumas instituições de ensino, ao fazerem seus "reajustes" para incorporar os princípios determinados, excluíram algumas disciplinas, por entenderem que esta seria específica para o ensino em nível de Pós-Graduação Lato Sensu (Especialização), não demonstrando iniciativas de reelaboração pedagógica com vistas a imprimir sua marca institucional na operacionalização das Diretrizes e sem sua contextualização às condições de saúde da população, assim como do perfil do egresso consoante às necessidades sociais e sanitárias, locais e regionais⁽¹²⁾.

Ocorrem divergências sérias e profundas no corpo docente entre as Diretrizes Curriculares Nacionais e os currículos mínimos, assim como entre os diferentes grupos que disputam o poder de definir os rumos da formação, guiados pela lógica decorrente de sua cosmovisão ou de sua miopia.

Desta forma, não apenas a disciplina de Oncologia, mas outras foram excluídas do processo de formação do Enfermeiro, como Centro-Cirúrgico, Cuidados Críticos/Intensivos e Pronto-Socorro, sustentadas pelo aval de um currículo mínimo, não atendendo ao princípio da integralidade da assistência, em todos os níveis de complexidade do sistema de saúde e nos diferentes cenários da prática profissional, considerando os pressupostos dos modelos clínico e epidemiológico⁽¹²⁾.

Assim, cabe indagar aos colegas docentes: Seria a disciplina de Oncologia necessária na grade curricular do Curso de

Graduação em Enfermagem?

Frente à proposição da formação do Enfermeiro generalista, considera-se oportuno discorrer sobre os pilares que abrangem a assistência ao paciente/ cliente com alguma afecção oncológica compreendido desde a prevenção, passando por intervenção cirúrgica, pré e pós-operatório, quimioterapia, radioterapia, indo até aos cuidados intensivos⁽¹³⁾.

É de fundamental importância que os aspectos emocionais dos pacientes com afecções neoplásicas como depressão, ansiedade, medo relacionado à morte, apatia, entre outros, sejam considerados e valorizados pela equipe de saúde⁽¹³⁻¹⁴⁾. Sob nossa ótica, são cuidados prioritários a serem oferecidos à essa clientela, não podendo dissociar os efeitos negativos de uma baixa-estima situacional, medo e ansiedade no quadro geral do paciente e de sua família.

Observa-se que as áreas de atuação do enfermeiro junto a esses clientes são amplas, inseridas no cuidado primário até o terciário, reabilitação e intervenção em incapacidades. Faz-se necessária a preparação de docentes e discentes para o enfrentamento dessa realidade epidemiológica nacional.

Paradoxalmente, as Instituições de Ensino Superior, ao excluírem (ou não incluírem) do currículo de Graduação em Enfermagem o ensino de oncologia formam profissionais com deficiências em conhecimentos e capacidade de intervenção sobre os problemas e situações de saúde-doença, demandas prevalentes e prioritárias da população, conseqüentemente, tornando inadequado o atendimento às reais necessidades de saúde e intervenções.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao considerarmos as questões acima apresentadas, destacamos que o Ensino de Graduação em Enfermagem deve ser orientado aos problemas mais relevantes do país, fundamentado nos diferentes níveis de atuação do enfermeiro subsidiado no desenvolvimento progressivo de suas competências.

É preciso compreender que as concepções pedagógicas precisam ser determinadas a partir das concepções políticas existentes nas instituições de ensino bem como nos problemas sociais e culturais prementes de serem solucionados.

Vemos então, estabelecido no sistema educacional, o desafio de reformular e/ou adequar currículos, metodologias de ensino, métodos de avaliação, relações interpessoais, enfim, o ensinar e o aprender neste novo contexto.

Criar um modelo educacional que não busque só a reorientação no que se refere à aquisição de conhecimentos e o desenvolvimento das habilidades técnicas, mas que possibilite o exercício de habilidades sociais, de ações críticas e éticas, que nos impulsionem a rever paradigmas, contextualizando-os com a sociedade contemporânea⁽¹⁵⁾.

REFERÊNCIAS

1. Sordi MRL, Bagnato MHS. Subsídios para uma formação profissional crítico-reflexiva na área da saúde: o desafio da virada do século. *Rev Latino-am Enfermagem* 1998; 6 (2): 83-8.
2. Frigotto G. Cidadania e formação técnico-profissional: desafios para o fim de século. In: Silva LH, Azevedo JC, Santos ES, organizadores. *Novos mapas culturais, novas perspectivas educacionais*. Porto Alegre: Sulina; 1996. p.135-64.
3. Ministério da Saúde (BR). *Saúde Brasil 2004: uma análise da situação de saúde*. Brasília: Ministério da Saúde; 2004.
4. Organização Mundial de Saúde. *Base de Dados de Mortalidade*,

- 2005 [citado 2006 set 19]. Disponível no site: <http://www.who.int/WHOSIS>.
5. Hoff PM. Atlas of cancer. Philadelphia: Springer Science and Business Media; 2008.
 6. Ito EE, Peres AM, Takahashi RT, Leite MMJ. O ensino de enfermagem e as diretrizes curriculares nacionais: utopia X realidade. *Rev Esc Enferm USP* 2006; 40(4): 570-5.
 7. Fernandes JD, Xavier IM, Ceribelli MIPF, Bianco MHC, Maeda D, Rodrigues MVC. Diretrizes curriculares e estratégias para implantação de uma nova proposta pedagógica. *Rev Esc Enferm USP* 2005; 39 (4): 443-9.
 8. Ministério da Educação (BR). Conselho Nacional de Educação. Parecer n.CNE/CES 1.133/2001. Diretrizes Curriculares Nacionais dos Cursos de Graduação em Enfermagem, Medicina e Nutrição. *Diário Oficial da União* 2001 out 3; 1:131.
 9. Vasconcellos CS. Coordenação do trabalho pedagógico: do projeto político-pedagógico ao cotidiano da sala de aula. São Paulo: Libertad, 2002.
 10. Pimenta SG, Anastasiou LGC. Docência e o ensino superior. São Paulo: Cortez Editora, 2002.
 11. Ministério da Educação (BR). Conselho Nacional de Educação. Resolução CNE/CES n. 3, de 7 de novembro de 2001. Institui Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Enfermagem. [citado 2002 Ago. 6]. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CES03.pdf>
 12. Lopes Neto D, Teixeira E, Vale EG, Cunha FS, Xavier IM, Fernandes JD, et al. A aderência dos cursos de graduação em enfermagem às diretrizes curriculares nacionais. In: Ministério da Saúde (BR). Ministério da Educação. A aderência dos cursos de graduação em enfermagem, medicina e odontologia às diretrizes curriculares nacionais. Brasília: Ministério da Saúde; 2006. p. 31-86.
 13. Adami NP, Gutiérrez MGR, Maranhão AMSA, Almeida EPM. Estrutura e processo assistencial de enfermagem ao paciente com câncer. *Rev Bras Enferm* 1997; 50 (4): 551-68.
 14. Adami NP, Gutiérrez MGR, Castro RAP, Maranhão AMSA. Núcleo de enfermeiros em oncologia- a dimensão das atividades de pesquisa. *Acta Paul Enferm* 1998; 11 (esp): 46-9.
 15. Felli VEA. A saúde do trabalhador e o gerenciamento em enfermagem [tese]. São Paulo: Escola de Enfermagem, Universidade de São Paulo; 2002.
-